

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E UM DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE**

-----Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas dezanove horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2016; (apreciação, discussão e votação)-----

-----2. 1.ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano 2017; (apreciação, discussão e votação)-----

-----3. Modificações orçamentais – 2ª revisão ao Orçamento do ano de 2017; (apreciação, discussão e votação)-----

-----4. Modificações orçamentais – 2ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2017; (apreciação, discussão e votação)-----

-----5. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos assumidos desde 21-10-2016 a 27-03-2017; (para conhecimento)-----

-----6. Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia; (apreciação, discussão e votação)-----

-----7. Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências na Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra para gestão, manutenção e utilização do Polidesportivo do Alqueidão da Serra; (apreciação, discussão e votação)-----

-----8. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2016 (art.º 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio); (para conhecimento)-----

-----9. Processo n.º 23/2016 – Requerente Dell'erba Rochas Ornamentais, Unipessoal, Lda. – Pedido de Interesse Público Municipal; (apreciação, discussão e votação)-----

-----10. Relatório Anual da CPCJ de Porto de Mós - 2016; (para conhecimento)-----

-----11. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. (para conhecimento)-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD - Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, António

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

### -----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com uma abstenção**.-----

### -----3. LEITURA DO EXPEDIENTE: -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)** dirigiu-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pedindo esclarecimento sobre alguns documentos entrados nos serviços, do Partido Ecologista "Os Verdes", sobre o acesso a pessoas com mobilidade reduzida no Tribunal de Porto de Mós, bem como um pedido licenciamento da Pirotecnica Batalhense e ainda a carta remetida pelo Reitor do Santuário de Fátima. O senhor Presidente da Assembleia esclareceu o senhor deputado municipal dizendo que quanto à Pirotecnica Batalhense isso se deve ao lançamento dos foguetes destinados às comemorações do 25 de Abril. Quanto à carta do Reitor do Santuário de Fátima a mesma se destinava a dar credenciais ao Presidente da Assembleia para estar presente na visita do Papa. Quanto à missiva do Partido Ecologista "Os Verdes" tem a mesma a ver com a interpelação que aquele partido fez à ministra da Justiça atendendo a que há dois anos que o Tribunal de Porto de Mós tem avariada a plataforma elevatória que permite a pessoas com mobilidade reduzida aceder ao primeiro piso daquele edifício.-----

-----António Manuel de Sousa Pires disse ainda que teria que se ausentar desta sessão mais cedo, atendendo a que está marcada também uma reunião da CIMRL a que terá que comparecer enquanto membro eleito para representar esta Assembleia naquela entidade intermunicipal, bem como os membros desta assembleia, Olga Cristina Fino Silvestre, Joaquim

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Santiago Virgílio Alves e Antonio Pereira Carvalho.-----

-----**4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a referir-se ao problema de falta de médicos em algumas freguesias do concelho de Porto de Mós, sendo este um problema que preocupa toda a gente.-----

-----**José Gomes dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro):**-----

-----Começou por dizer que terá início no dia 28 a Semana Cultural da Freguesia de Porto de Mós, convidando para o evento todos os presentes.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso):**-----

-----Usando da palavra passou a referir-se, no seguimento da intervenção de António Ferraria, à falta de médicos que se verifica no concelho. Seguidamente fez menção às obras na Central Termoelétrica referindo parecer-lhe que as mesmas se encontram paradas, pedindo esclarecimentos sobre esse assunto.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Começou por referir o estado caótico em que se encontra a estrada que liga Covão de Oles a Alcaria e embora sejam delegadas nas Juntas de Freguesia competências para reparação de caminhos rurais, quer Alqueidão da Serra quer Alcaria não têm capacidade financeira para arranjar aquela estrada, pensando ser altura de aquela estrada ter alguma intervenção por parte da Câmara Municipal. Outra situação que referiu, tem a ver com as obras que a Câmara Municipal adjudica a empresas e com o acompanhamento que as mesmas sofrem. Continuou dizendo que por vezes a empresa que ganha o concurso, é a que menos faz na obra sendo que essa obra é objeto de inúmeras subempreitadas. Disse ainda que o que quer dizer, é que por vezes os trabalhos não são realizados com a perfeição e a exigência que deviam ter, achando que devia haver uma maior fiscalização aos trabalhos efetuados, devendo essas empresas ser chamadas à atenção.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a prestar os esclarecimentos necessários aos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anteriores intervenientes, dizendo a António Ferraria ter reunido com a senhora Presidente do ACES de Leiria e com os senhores presidentes de Junta que na altura o acompanharam que lhes disse que em abril/maio o problema seria, pelo menos, parcialmente resolvido, com a vinda de novos médicos para o concelho, com a finalidade de se colmatarem essas falhas no sistema de saúde do concelho de Porto de Mós. Disse ainda que estando a senhora Presidente do ACES de saída das funções que até agora tem vindo a desempenhar naquela entidade, está com algum receio de que as coisas não corram a contento para o concelho de Porto de Mós, pois aquela sempre se revelou altamente empenhada na resolução destes problemas no que concerne a este concelho. Disse ainda que apesar disso está consciente que o Dr. Cadima, que é o representante local, está fortemente empenhado na resolução deste problema, não descurando esta situação da falta de médicos no concelho. -----

-----Ao Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, agradeceu o convite realizado, dizendo acreditar que será mais um êxito a acrescentar aos anteriormente conseguidos fruto do empenhamento da freguesia de Porto de Mós.-----

-----Ao Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso respondeu sobre a questão dos trabalhos de requalificação da Central Termoelétrica terem sido abandonados que tal não corresponde à verdade e que todos os dias estão ali funcionários da empresa. Continuou explicando que, por se tratar de trabalhos muito melindrosos e sensíveis com vista à manutenção da estrutura original do edifício, é necessária a colaboração de uma empresa especializada, tendo a empresa adjudicatária de se socorrer de um subempreiteiro, razão pela qual os trabalhos se encontram neste momento parados. Disse esperar que essa empresa inicie os trabalhos com celeridade porque se trata de uma obra que urge executar dada a garantias que existe na sua comparticipação com fundos comunitários, tendo a Câmara compromissos assumidos com a CCDR-C.-----

-----Quanto à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra sobre a estrada que liga Covão de Oles a Alcaria e tendo em conta a complexidade dos trabalhos, apesar da delegação de competências dessa área nas Juntas de Freguesia, disse estar a Câmara Municipal disponível para colaborar e em conjunto se fazer ali uma intervenção naquela estrada, tornando-a transitável.-----

-----Quanto à fiscalização de obras disse que quem fiscaliza as obras do município são técnicos da Câmara sendo cada um deles responsável pela sua empreitada e fazendo o acompanhamento da sua execução. No entanto, quem é sempre responsável pela execução da obra é o empreiteiro de acordo com o caderno de encargos, sendo ele que tem de prestar contas.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Apesar de confiar inteiramente no discernimento dos técnicos que fiscalizam, nunca é demais suscitar essas questões pelo que irá reforçar junto dos técnicos essa situação.-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir não havendo qualquer pedido de intervenção.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2016:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Vice-Presidente que passou a apresentar o ponto supramencionado.-----

-----Começando por dizer que iria prestar contas sobre o exercício de 2016, referiu que preparou alguns slides que iria passar, e que do seu ponto de vista, melhor refletem a situação económica e financeira do Município em 31 de dezembro de 2016. Antes, disse ainda que em 31 de dezembro de 2016, o Município estava um pouco melhor do que estava no início do ano referindo que o Município está melhor e os munícipes também. Os resultados foram bons, para não dizer excelentes e aproximam-se muito daquilo que eram as suas estimativas e projetos que foram apresentados no início do ano, ou seja, todo o conteúdo que estava no orçamento e plano de atividades, de algum modo se cumpriu, com um grau de execução muito elevado. Assim, disse ser com muita satisfação que fala das contas de 2016, que expressam uma grande estabilidade, sendo que, na documentação que foi atempadamente distribuída por todos os membros da Assembleia consta toda esta informação e mais ainda.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Disse que nem sequer iria questionar as contas que lhe pareceram bem apresentadas. Continuou dizendo que a Câmara aplica o dinheiro da maneira que lhe parece mais pertinente, mas que por vezes há coisas que lhe fazem alguma confusão. Disse que lhe custa a entender como é que a sua freguesia recebe anualmente seis mil e quinhentos euros para realização de pequenas obras e vê depois que numa prestação de serviços, para um festival, no âmbito do Festival Viver Porto de Mós, para a realização de um concerto musical foram gastos quase dezanove mil euros. Referiu ainda que para si é muito difícil entender isso, dizendo que poderia apresentar mais uma dúzia de exemplos. Continuou referindo que percebe que essa foi e é uma opção da Câmara, mas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o executivo também deve entender o seu lado. Depois da negociação dos contratos interadministrativos com as freguesias ao cêntimo, disse não perceber depois estas situações de dispêndio a mais.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que não se pronunciaria sobre a apresentação das contas que lhe pareceram bem, querendo antes referir-se às palavras do senhor Vice Presidente, quando este diz que o Município está bem e os munícipes também, dizendo que não se trata da mesma coisa e se se vir munícipe a munícipe, se calhar estes não estão melhor. Referiu ainda que ao longo de todo o tempo que tem andado por aqui, nunca o Município de Porto de Mós deixou de cumprir as suas responsabilidades, dizendo que fica satisfeito por a Câmara Municipal ter os pagamentos em dia, sendo essa também uma forma de fomentar a economia local e não só. Disse depois que tem vindo a referir ao longo do tempo, que uma das formas de se fixarem pessoas no concelho talvez fosse através dos impostos. Mais tarde, alguém veio reconhecer que essa era uma forma de fixação. Considera que se podia fazer melhor, na tentativa de fixar pessoas e na tentativa de, nos tempos de crise que se têm atravessado, poderiam deixar-se os munícipes individualmente melhor se o Município tivesse abdicado de uma parte das receitas que poderia arrecadar. Terminou dizendo que a divergência existente entre a bancada do PSD e a bancada do PS e executivo traduz-se em diferentes entendimentos de aplicação dos recursos e não na idoneidade das contas, questão que não se coloca.-----

-----Referiu-se ainda à descida da receita do IMI dizendo que tal se deveu, não a uma iniciativa do executivo municipal, mas sim por força da lei que foi alterada no sentido de que as isenções seriam automáticas não dependendo de qualquer pedido prévio por parte dos contribuintes.-----

-----Respondeu o senhor Presidente da Câmara a Antonio Pires, dizendo que este Município tem a taxa de IMI mais baixa legalmente possível, sendo a mesma fixada por esta Assembleia sob proposta do executivo, pelo que não é verdade que essa descida não se deva a qualquer iniciativa do executivo.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Pedi a palavra para responder ao senhor Presidente da Câmara dizendo que, este sabe perfeitamente aquilo a que se está a referir, mas poderá haver pessoas que não sabem, pelo que passa a esclarecer que desde o ultimo mandato em que aquele esteve como Vice Presidente deste Município, até hoje, o concelho de Porto de Mós sempre teve a taxa mínima legalmente prevista para o IMI. A redução que se vê nas contas tem a ver com a isenção ter sido tornada automática, face aos rendimentos dos contribuintes.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Vice Presidente, que respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que uma das suas primordiais preocupações desde 2005 foi fazer uma reflexão para saber qual seria o fio condutor para conduzir o Município. A estratégia foi aproveitar toda a oportunidade possível para investir, porque é aí que está a base e a origem da melhoria das condições de vida dos munícipes. Referindo-se ao evento Viver Porto de Mós, disse que foi opção da Câmara a sua realização de forma digna. O valor que referiu não foi apenas para o concerto mas incluiu palco e som para todas as atividades que ali foram realizadas, e não apenas para o concerto.-----

-----A Antonio Pires, disse que o senhor Presidente da Câmara já respondeu, acrescentando apenas que se as isenções do IMI resultam de uma imposição legal, o Município tem tido também a preocupação de fixar as taxas nos limites mínimos previstos. Referiu ainda que as contas são o resultado das ações e preocupações que foram desenvolvidas ao longo do ano, sendo apenas o resultado dos sucessos ou insucessos de quem está a gerir a organização.-----

-----**Filipe da Conceição Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra** pediu a palavra referindo que não está contra a realização do evento Viver Porto de Mós não achando que as verbas ali aplicadas sejam nada de extraordinário, acha é que o investimento feito em Alqueidão da Serra e nas outras freguesias é exíguo. Disse depois que, apenas referiu este evento a título de exemplo, podendo dar outros: o Jantar de Natal de 2016 custou sete mil e quinhentos euros a este Município e o contrato interadministrativo de Alqueidão da Serra custa seis mil e quinhentos. Continuou dizendo que respeita qualquer valor que aqui está gasto, seja no Jantar de Natal, seja no Festival Viver Porto de Mós, seja na estátua D. Fuas Roupinho, mas pensa que o investimento que é feito nas freguesias poderia ir um pouco mais além, comparativamente ao que se passa com outras situações. Disse ainda que o Município poderia ir mais além no que toca ao financiamento dos contratos interadministrativos, relembrando que se trata de uma responsabilidade do Município pois se trata de uma delegação de competências, pelo que esse investimento se destina a melhorar as condições de vida das pessoas que moram nessas freguesias, com a realização de passeios, valetas, arranjos de caminhos rurais por exemplo, sendo algumas muito deficitárias nesses aspetos.---

-----O senhor Presidente passou a responder ao anterior interveniente dizendo que este foi muito infeliz na comparação que fez, comparando o que não era comparável, ou seja o jantar de Natal do Município com os contratos interadministrativos celebrados com as freguesias. O jantar de Natal é sobretudo um dever do Município para com os funcionários, numa situação de reconhecimento pelo trabalho prestado. Foi com todo o gosto que participou nesse momento de convívio com os funcionários que todos os dias são chamados a colaborar com o Município, alguns

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de dia e de noite, e jantar uma vez por ano com estas pessoas é o mínimo que pode fazer pelo reconhecimento do trabalho feito. Seguidamente, e referindo-se ao festival Viver Porto de Mós, disse que os valores que aqui foram mencionados se referem não apenas à contratação da banda, mas também ao aluguer do palco e do som durante os dois dias do evento. Mas também isso é investimento embora não haja retorno imediato.-----

-----O senhor Vice Presidente pediu também a palavra passando a esclarecer a problemática dos contratos interadministrativos. O contrato administrativo corporizasse numa delegação de competências dos municípios para as freguesias. Tratando-se de competências próprias da Câmara Municipal, esta entendeu estabelecer com as freguesias a possibilidade de estas gerirem determinadas obras depois de serem analisadas pela Câmara, transferindo para as freguesias os montantes correspondentes aos encargos financeiros que as mesmas acarretam. Disse ainda que o Município não consegue investir um cêntimo em lado nenhum sem ser nas freguesias, as dez freguesias é que são o Município.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2016** - posto a votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria, com 9 (nove) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor**.-----

-----**2. 1.ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano 2017:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que o que está implícito nesse mapa de pessoal e que interessa para esta análise é que novos lugares apenas estão previstos três: a admissão de um motorista, de um mecânico e de um técnico superior para as piscinas. As outras situações tratam-se de pessoas que estando com contrato a termo poderão passar para contrato por tempo indeterminado. Desta forma, aquilo que poderia pensar-se poder constituir um grande acréscimo em termos de despesa corrente não é verdade dado que apenas três novos lugares serão criados de raiz. -----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse ter ficado preocupado com o acréscimo de despesa mas agora, sabendo que se tratam apenas de três postos de trabalho novos fica menos preocupado. De qualquer forma, trata-se de acréscimo significativo e no próximo ano o resultado do exercício vai-se alterar de forma significativa. Terminou dizendo que se trata de uma opção da Câmara.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **1.ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano 2017**- posto a votação, sendo o **mesmo aprovado por**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**maioria, com 7 (sete) abstenções e 23 (vinte e três) votos a favor.**-----

-----**3. Modificações orçamentais – 2ª revisão ao Orçamento do ano de 2017 e 4. Modificações orçamentais – 2ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2017;**-----

-----O senhor Vice Presidente usou da palavra para dizer que iria apresentar os dois pontos conjuntamente dada a sua estreita interligação. Continuou dizendo que o que está aqui em jogo é a distribuição do saldo orçamental – dois milhões oitocentos e setenta mil euros.-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu uma breve achega às palavras do senhor Vice-Presidente referindo o protocolo de parceria a celebrar entre o Município da Batalha, o Município de Porto de Mós, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Batalha e a Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, no âmbito da implementação do programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas, que foi presente na última reunião de Câmara, com vista à assunção da responsabilidade de colaborar com a Santa Casa da Misericórdia na implementação desse programa, nomeadamente ao nível do apoio à disponibilização de transporte em viaturas adaptadas a frio para garantir o fornecimento da alimentação aos destinatários carenciados do programa. Assim sendo o Município de Porto de Mós irá apoiar a aquisição de uma viatura devidamente equipada para o efeito.-----

-----Outro apoio que referiu, foi o apoio às coletividades que apresentaram candidaturas no âmbito do IPDJ. Esse programa de apoio implica que as coletividades tenham disponíveis 50% do que é participado. Assim para que as coletividades que venham a ser apoiadas não percam esse apoio, fica em aberto esta possibilidade. Referiu-se ainda à verba destinada à Junta de Freguesia da Calvaria de Cima dizendo que se trata apenas de uma transferência dado que a verba já estava prevista para o Agrupamento de Centros de Saúde. No entanto e dado que quem vai ser o dono da obra é a Junta de Freguesia essa transferência terá que ser feita para essa entidade.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Fez referência à verba consignada para apoio às obras de apoio ao quartel dos Bombeiros de Porto de Mós, pedindo para a Câmara não se esquecer de proceder de igual modo com os Bombeiros do Juncal.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 3 da ordem de trabalhos - **Modificações orçamentais – 2ª revisão ao Orçamento do ano de 2017** - posto a votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria, com 7 (sete) abstenções e 22 (vinte e dois) votos a favor.**-----

-----Seguidamente foi posto a votação o ponto 4 da ordem de trabalhos - **Modificações orçamentais – 2ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2017** – tendo o mesmo sido aprovado por **maioria, com 7 (sete) abstenções e 22 (vinte e dois) votos a favor.**-----

-----**5. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos assumidos desde 21-10-2016 a 27-03-2017:**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer que este ponto é apenas para conhecimento e que de acordo com a autorização dada pela Assembleia Municipal a Câmara tem de dar conta dos compromissos plurianuais assumidos, sendo um deles a elaboração do Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial, um projeto que tem de avançar pois as empresas continuam a querer fixar-se na zona industrial.-----

### -----**6. Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia:**-----

-----Usou da palavra o senhor Vice Presidente dizendo que no fundo trata-se de dar seguimento aos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia no ano anterior.-----

### -----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que os trabalhos efetuados pelas juntas de freguesia não ficam nada aquém dos investimentos feitos pela Câmara, pois aquelas autarquias estão mais perto das pessoas e têm um maior conhecimento das suas necessidades. Disse ainda que os recursos que são atribuídos às Juntas de Freguesia são poucos, dizendo que tem de concordar com o que disse há pouco o Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra e que não ficaria nada mal à Câmara se lhes atribuisse outro tipo de trabalhos pois são eles que estão mais perto das pessoas considerando um flagelo o terem de andar a mendigar migalhas junto da Câmara para satisfazer as necessidades das suas freguesias.-----

### -----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra disse que acha que se está aqui a fazer alguma freguesia dado que estes contratos interadministrativos derivam da lei. Se os recursos das freguesias são poucos devem ser reforçados, mas o que a lei veio permitir foi a celebração destes contratos entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, havendo aqui uma transferência de competências daquela para estas, que depois é acompanhada de uma transferência orçamental. O que a lei prevê é uma transferência de competências das Câmaras para as Juntas de Freguesia e aquilo de que Gabriel Vala estava a falar prende-se mais com uma descentralização de poderes.-----

### -----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Começou por dizer que estes contratos foram assinados há três anos atrás sendo que antes de serem assinados houve uma negociação prévia, coisa que não aconteceu agora, perguntando se a negociação anterior é válida para os três anos seguintes.-----

### -----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra –**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**JFAS):**-----  
-----Usando da palavra disse que acha que os valores para a sua freguesia são baixos, não concordando também com os critérios adotados. Disse ainda que se trata de um investimento da Câmara via Junta de Freguesia que acaba por conseguir fazer mais com os mesmos recursos. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso interveio ainda para dizer relativamente à intervenção de Mário Cruz que a Câmara pode atribuir às Juntas de Freguesia o dinheiro que entenderem, referindo que há municípios, que nestes contratos, transferem as verbas do FEF.-----

-----Passou a responder o senhor Presidente da Câmara dizendo a Filipe Batista que a sua freguesia não tem razões de queixa relativamente à Câmara, atendendo aos investimentos que esta tem vindo ali a fazer. Continuou dizendo que gerir o município é gerir prioridades e se há coisa que de a Câmara não pode ser acusada é de não gerir o município equitativamente.-----

-----Usou também da palavra o senhor Vice Presidente reforçando que efetivamente o município não existe sem as freguesias. Quanto a Mário Cruz disse concordar com as suas palavras. A Carlos Cordeiro disse que as considerações que há a tecer em redor deste ponto é completamente extemporâneo dado que tal foi discutido em novembro passado quando o orçamento e plano de atividades foi aqui discutido e aprovado. Seria nesse momento que poderia ser alterada a verba de setenta e cinco mil euros que ficou consignada aos contratos interadministrativos. O facto de este modelo de contrato estar em vigor há três anos é vontade das duas partes. Disse ainda que se gosta de alguma coisa é do esforço que as Juntas de Freguesia e a Câmara também, estão a fazer para tornar mais bonitas e seguras as freguesias do concelho com a realização de passeios.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD)**, pediu ainda a palavra para dizer que o executivo não discutiu com os presidentes de junta os termos do contrato, conforme aconteceu há três anos, tendo chegado a consenso. Perguntou depois se é garantido que esse consenso, três anos depois, se mantenha. Disse ainda que antes da aprovação do orçamento o executivo deveria ter tido essa discussão com as freguesias de forma a auscultar as suas opiniões sobre as verbas afetas a tais contratos. Disse ainda que ele não foi ouvido sobre isso.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 6 da ordem de trabalhos - **Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia** - posto a votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções e 18 (dezoito) votos a favor.**-----

-----  
-----7. **Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências na Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra para gestão, manutenção e utilização do Polidesportivo de Alqueidão da Serra:**-----

-----Usou da palavra a senhora vereadora Anabela Martins dizendo tratar-se de uma vontade antiga, tanto da Câmara Municipal como da Junta de Freguesia, que esta ficasse responsável pela gestão, manutenção e utilização do Pavilhão polidesportivo de Alqueidão garantindo uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra referiu que lhe fazia confusão como é que se demorou 12 ou 14 anos até chegar aqui e como é que se impediu a população de Alqueidão a Serra de poder usufruir daquele espaço. Disse ainda que a Câmara Municipal também saiu prejudicada, pois já lá fez duas ou três intervenções, ultrapassando se calhar em 50% o custo da obra. Congratula-se com o facto de finalmente se ter conseguido chegar a este resultado. Terminou dizendo que não vale a pena, em situações semelhantes, demorar tanto tempo, pois independentemente de motivações políticas ou outras, são as populações que saem penalizadas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse concordar com o que foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra. A senhora Vereadora Anabela Martins pediu a palavra para acrescentar que deseja que a sede de realização de eventos manifestada pela Junta de Freguesia se concretize.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 7 da ordem de trabalhos - **Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências na Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra para gestão, manutenção e utilização do Polidesportivo de Alqueidão da Serra** - posto a votação, sendo o mesmo **aprovado por maioria, com 1 (uma) abstenção e 25 (vinte e cinco) votos a favor.**-----

-----**8. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2016 (art.º 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio):**-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que este ponto deriva da lei sendo obrigatório uma vez que há forças partidárias com assento da Assembleia Municipal que não estão representados no executivo municipal, tratando-se apenas de dar conta a este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

órgão do Município que foi dado cumprimento à lei.-----

-----**9. Processo n.º 23/2016 – Requerente Dell`erba Rochas Ornamentais, Unipessoal, Lda. – Pedido de Interesse Público Municipal:**-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que se trata de mais um pedido de reconhecimento de interesse publico municipal com vista à regularização dos anexos de pedreira e ampliação da mesma.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por referir que esta pedreira se situa na área da sua freguesia, não tendo esta empresa qualquer contrato de arrendamento com a mesma, referindo que tem duvidas que a Câmara tenha provas da titularidade da empresa. Disse que o contrato que a Junta de Freguesia celebrou foi com a empresa Alfilpedra e não com esta que está agora a pedir o reconhecimento de interesse publico municipal. Continuou dizendo que o licenciamento foi feito em nome de Alfilpedra e que não se pode estar nesta Assembleia a aprovar o interesse municipal para uma empresa que não tem a pedreira licenciada. Como é que se pode estar a reconhecer interesse municipal na ampliação de uma empresa que não tem licenciamento da outra parte da pedreira, perguntou. Disse depois que hoje contactou com algumas empresas de licenciamento de pedreiras que lhe afirmaram que tal não é possível. Continuou dizendo que a Dell`erba Rochas Ornamentais, Unipessoal, Lda. comprou a empresa à Alfilpedra, mas o licenciamento continua em nome de Alfilpedra.-----

-----O senhor Presidente da Câmara perguntou ao anterior interveniente se este se estava a referir ao licenciamento ou à autorização da Junta de Freguesia de explorar aquele terreno.-----

-----Carlos Cordeiro disse que o que a empresa está a aqui a pedir é o reconhecimento de interesse publico para uma pedreira que está licenciada em nome de outra empresa.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que o averbamento é possível.-----

-----Carlos Cordeiro perguntou se o Município de Porto de Mós tem algum documento que comprove a titularidade dos terrenos em nome da empresa Dell`erba Rochas Ornamentais, Unipessoal, Lda.-----

-----O senhor Vice Presidente usou da palavra explicando a tramitação do processo nos serviços da Câmara Municipal, dizendo que da parte dos serviços técnicos não houve qualquer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

duvida sobre este assunto.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que dirigindo-se ao plenário e face às dúvidas levantadas, pôs à sua consideração **a retirada deste ponto da ordem de trabalhos para melhor análise, e a sua inclusão na próxima sessão ordinária de Junho, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

-----**10. Relatório Anual da CPCJ de Porto de Mós – 2016:**-----

-----Passou a usar da palavra a senhora Vereadora Rita Cerejo referindo que o presente ponto se destina a dar conhecimento à Assembleia Municipal do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do ano de 2016, dispensando-se de o ler dado tratarem-se de dados estatísticos e o mesmo ter sido distribuído atempadamente por todos os membros da Assembleia Municipal, disponibilizando-se para dar os esclarecimentos que forem necessários.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra perguntou se a Comissão tem quantificadas as medidas de acompanhamento que não transitam depois para os meios judiciais.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse achar que é uma área em que se deve investir. Depois de algumas considerações, disse ainda que queria agradecer à Câmara Municipal, no âmbito da ação social, a ligação da água à casa de uma família carenciada, que não tinha nem energia elétrica, nem água, e que ao abrigo do regulamento municipal foi possível fazer essa ligação a custo zero, agradecendo em nome da pessoa e da freguesia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a agradecer o excelente trabalho que tem vindo a ser realizado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Apesar de envolver inúmeros encargos por parte do Município, é muito importante que ele seja feito, embora não seja um trabalho muito visível por via da confidencialidade a que está sujeito.-----

-----A senhora Vereadora do Pelouro passou a responder a Filipe Batista dizendo que, relativamente à questão social que foi tratada, não tem de agradecer porque é para isso que este serviço existe. Continuou dizendo que sempre que a situação de carência seja aferida a Câmara atua e inclusivamente está em curso uma alteração ao regulamento para que se possa ajudar de uma forma mais eficiente as pessoas que precisam.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Respondendo a **Mário Cruz**, disse que não lhe consegue falar em taxas de sucesso porque existem aqui muitas variáveis, não conseguindo fazer uma avaliação. O relatório aqui apresentado é gerado numa aplicação onde se introduzem os dados. Apesar disso, disse que existe uma taxa de sucesso interessante, mas que ainda existem muitas crianças que continuam a viver em lares destruturados.-----

-----**14. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia Municipal e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente, salientando apenas algumas atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, neste período temporal.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra passou a referir-se às celebrações de 13 de Maio em Fátima, com a vinda do Papa àquele Santuário e os caminhos dos peregrinos achando que este concelho deveria dar resposta aos peregrinos que por aqui passam, nomeadamente com a criação de condições mais adequadas, principalmente ao nível da segurança. Perguntou depois se está a ser preparada alguma sinalética nesse sentido.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar os esclarecimentos necessários referindo que existe um percurso devidamente sinalizado com "Caminhos de Fátima". Disse que se têm criado condições excelentes para os peregrinos ao nível dos caminhos, no entanto nem sempre as pessoas os fazem preferindo caminhar nas estradas nacionais até por uma questão de logística e do apoio que têm de algumas viaturas. Disse ainda que vai ser colocada sinalética alertando para os perigos e ainda estará disponível um piquete permanente para os dias 12 e 13 de maio para dar apoio a todos os que dele precisem ao nível da saúde, da alimentação e da segurança.-----

-----**José Gomes dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro – PSD):**-----

-----Usou da palavra para referir que a freguesia de Porto de Mós com a Conferencia de S. Vicente de Paulo irá colocar duas tendas em Eiras da Lagoa para prestar apoio aos peregrinos que por ali passem. Disse ainda que a Conferencia tem vindo já há alguns anos, a fazer um excelente trabalho a este nível.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----  
-----**Hermano Carreira** (PS) perguntou também ao senhor Presidente da Câmara sobre o andamento das obras referentes à cobertura da Vodafone, tendo o senhor Presidente dito que neste momento não tem elementos para lhe responder mas que irá colher informação no sentido de o esclarecer.-----  
-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----  
-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. *Apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2016;* 2. *1.ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano 2017;* 3. *Modificações orçamentais – 2ª revisão ao Orçamento do ano de 2017;* 4. *Modificações orçamentais – 2ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2017;* 6. *Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia;* 7. *Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências na Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra para gestão, manutenção e utilização do Polidesportivo do Alqueidão da Serra;* 9. *Processo n.º 23/2016 – Requerente Dell’erba Rochas Ornamentais, Unipessoal, Lda. – Pedido de Interesse Público Municipal;* tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**.-----  
-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.00 horas do dia 21 de abril e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo-----  
-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_